

DIDÁTICA DA HISTÓRIA E A CIRCULAÇÃO DE IDEIAS SOBRE HISTÓRIA EM PÁGINAS DO FACEBOOK

Matheus Henrique Marques Sussai ¹

Resumo: Muitos jovens estão formando ou reelaborando as suas opiniões políticas a partir de páginas do *Facebook*. Nessas páginas, ideias com conteúdos históricos são bastante disseminadas, nas quais os alunos têm acesso e tomam, em alguns casos, como verdades históricas. O presente trabalho tem o intuito de discutir essas ideias de história que se difundem no ciberespaço, um ambiente extraescolar, fundamentando-se no campo investigativo da Didática da História (BERGMANN, 1989/1990), e no domínio da História do Tempo Presente (CHAUVEAU; TÉTART, 1999), (RIOUX, 1999). O atual contexto histórico nos mostra um reavivamento das ideias conservadoras, e essas se expõem em páginas do *Facebook* que são acessadas e difundidas por muitas pessoas que simpatizam com essas ideias. Sendo o nosso interesse investigar os atuais movimentos políticos voltados à direita, falaremos um pouco das fontes: “MBL – Movimento Brasil Livre”, “Revoltados ON LINE” e “Jovens de Direita”. Busca-se assim, discutir a elaboração e difusão de ideias com conteúdos históricos nestas páginas. Para investigar essas páginas, utilizamos da abordagem metodológica netnográfica (KOZINETS, 2014), e buscamos agrupar as concepções mais recorrentes em discursos-síntese (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012) para analisá-los posteriormente. Por ora, podemos considerar que muitos jovens entendem que encontram saberes políticos e históricos nessas páginas de direita política do *Facebook*, e que muitas vezes estes lhe parecem mais coerentes do que aqueles advindos dos ambientes escolares.

Palavras-chave: Didática da História. *Facebook*. Direita política.

O presente texto tem o objetivo de apresentar as discussões iniciais de uma pesquisa histórica em andamento do Mestrado em História Social da UEL (Universidade Estadual de Londrina), na qual temos como intuito investigar as ideias de história extraescolares que circulam na História Pública, especificamente, em páginas do *Facebook*. Nos últimos anos, tivemos uma relevante participação política no cenário brasileiro por grupos advindos das redes sociais online, mas centraremos nossa atenção ao *Facebook*. Grupos que se destinaram a manifestar suas opiniões políticas online, chegando a organizar passeatas e outros tipos de protestos. Esses grupos, ao se posicionarem sobre o cenário político, além de falarem do contemporâneo, também disseminaram ideias sobre o passado, ideias com conteúdos

¹ Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: sussaimatheus@gmail.com. Agência de fomento: CAPES. Orientado pela Profa. Dra. Márcia Elisa Teté Ramos.

históricos. Essas páginas tomam posições, defendem partidos, demonizam personagens políticos, e enaltecem outros. Assim, muitas se consolidaram como movimentos políticos muito fortes na nossa História do Tempo Presente, informando, formando e incentivando muitas pessoas que os seguem.

Ao falarem sobre o passado, ao publicarem conteúdos que se utilizam de ideias históricas, entrando na questão da História Pública, essas páginas virtuais apresentam ideias de história muitas vezes não produzidas pela academia ou pela escola. Postagens a respeito de como poderia funcionar a sociedade, sobre o que seria melhor ou pior para o país (quase sempre tocando em assuntos de história, em regimes antigos, personagens políticos do passado ou até do presente), geralmente são compartilhadas e discutidas por muitas pessoas. É o que Jessé Souza (2016) chama de “sociologia espontânea do senso comum” (p. 29).

O autor amplia:

Ninguém imagina, por exemplo, dar um palpite de leigo em uma intervenção cirúrgica. Pode-se matar alguém com isso. Mas todos dão palpite no modo como a sociedade funciona. Como todos participamos dela, ela nos dá a impressão de ser transparente e óbvia. Nada mais falso. A compreensão dos mecanismos da sociedade é tão difícil e complexa como uma operação neurológica. (SOUZA, 2016, p. 29).

E o *Facebook* tem se mostrado um local muito frequentado por aqueles que falam com propriedade sobre todos os assuntos do mundo: desde o escravismo no Brasil, a Ditadura Militar de 1964, até os últimos anos da história do Brasil. Todos esses discursos se apresentam em um campo ainda novo de estudos no Brasil: a História Pública. “Nos últimos tempos, tem havido uma explosão de representações populares do passado.” (LIDDINGTON, 2011, p. 31). Na TV, rádio, cinema, teatro, e agora na internet – principalmente nas redes sociais online, são veiculadas representações do passado que não passaram pelo crivo da ciência, e é desta forma que as publicações dessas páginas conseguem obter sucesso, obter público. Quem fala sobre História Pública, aquela que “vaza pelos poros da academia”, geralmente discute algo não tão novo assim: a Academia não produz para o público.

Como nos ensina a historiadora Sara Albieri:

[...] a Academia tem sido omissa em considerar seriamente esse tipo de historiografia produzida para o público, à margem do que se faz *stricto sensu* nas escolas de formação superior. Por isso, jornalistas, documentaristas,

cinastas, romancistas, divulgam versões historiográficas com grande penetração na cultura, enquanto a Academia passa ao largo desse tipo de atividade. (ALBIERI, 2011, p. 23).

A autora não chamou atenção para as redes sociais online, mas isso se dá também devido ao tempo histórico do qual escreve. As páginas do *Facebook* foram ganhar o olhar dos historiadores principalmente a partir de 2013, com a chamada “Primavera Árabe”², na qual a rede social *Facebook*, juntamente com o *Twitter*, tiveram papel importante na organização e na divulgação das informações sobre as revoltas ocorridas. Ainda assim, são poucos os estudos de historiadores sobre o *Facebook*, dos quais falaremos mais para frente.

Para expandir um pouco mais essa discussão da História Pública, o historiador Jurandir Malerba (2016) nos atenta para a expansão vertiginosa do público consumidor de história nos últimos anos. O autor ainda diz que: “A história não mais [...] se produz somente na academia; muito menos se veicula apenas por meio do livro impresso. As plataformas digitais subverteram as bases da produção e circulação das narrativas sobre o passado.” (MALERBA, 2016, p. 11). Nessas bases digitais, qualquer pessoa pode colaborar na compreensão sobre o passado, e também nos usos deste. Os jovens chegam às salas de aula com ideias que possivelmente possam ter sido elaboradas e discutidas dentro dessas comunidades virtuais, e cabe aos pesquisadores da História se interessar sobre essa nova fonte que se coloca no ambiente virtual.

Temos um crescimento no campo da História Pública, que ainda tem muito que ser discutida, mas nesta área podemos perceber uma:

[...] recente explosão ruidosa de formas populares de apresentação do passado. Esses mesmos fenômenos acontecem em maior ou menor medida no Brasil: constata-se uma sensível demanda social por história nos mais diversos espaços de formação de opinião fora das universidades, novos lugares de exercício da profissão, uma demanda crescente de consumo popular de história [...] (MALERBA, 2014, p. 32).

² “Primavera Árabe” é o termo dado ao conjunto de revoltas que ocorreram no Oriente Médio recentemente. As revoltas eclodiram principalmente em 2011, onde os manifestantes de vários países dessa região se organizaram por redes sociais online (principalmente o *Twitter* e o *Facebook*), e se manifestavam contra as ditaduras em que viviam. O que ocorreu foi uma onda de manifestações e difusão da informação para a população, e conseqüentemente, renúncias de muitos ditadores. Foi essa “[...] propagação de informações sobre as revoltas em países islâmicos, como Tunísia, Egito, Síria, Iêmen, Barein e Líbia, que ficaram mundialmente conhecidas como a ‘Primavera Árabe’” (GOMES et al, 2011, p. 03).

Ao falar de uma demanda social por história, Jurandir Malerba também está discutindo os ofícios do historiador, ao dizer que este precisa tomar as plataformas digitais como um local de trabalho, de ensino de História. O que mais nos interessa aqui é a atenção que o autor dá para as plataformas digitais e as elaborações de história nesse ambiente. A academia não é mais o único lugar onde a História é produzida. Claro que sem o rigor científico, mas ainda assim, circulam versões de história, ou melhor, ideias que se utilizam do discurso histórico e que ganham repercussão na vida de muitos curtidores dessas páginas. Ou seja, estamos tentando chamar a atenção para essas páginas enquanto difusoras de um discurso histórico extraescolar.

E devido ao fato de muitas dessas páginas trazerem ideias históricas não especializadas, pretendemos utilizar da Didática da História para analisar as nossas fontes. Para Klaus Bergmann, a Didática da História “[...] não apenas tematiza a História regulada e disciplinada pela ciência e pelo ensino mas também abarca a História transmitida no processo de socialização, que não é filtrada por nenhuma disciplina científica.” (BERGMANN, 1989/1990, p. 32). Assim, vemos como essa orientação teórica se interessa pelas formas de elaboração da história que se inserem em socializações e ambientes extraescolares, como as redes sociais online, ou mais especificamente ainda: as páginas do *Facebook*. Como nos ensina Jörn Rüsen (2010a): “[...] os processos de aprendizado histórico não ocorrem apenas no ensino de história, mas nos mais diversos e complexos contextos da vida concreta dos aprendizes [...]” (p. 91). É por isso que nos surgiu o interesse de investigar as elaborações das narrativas históricas difundidas pelas páginas do *Facebook*: “MBL – Movimento Brasil Livre”, “Revoltados ON LINE” e “Jovens de Direita”; durante os meses de dezembro de 2016, a julho de 2017, nos quais foram publicadas muitas postagens definindo “comunismo” e “nazismo” como tendo o mesmo significado; entre outras ideias com conteúdos históricos.

O historiador Jörn Rüsen, ao falar da Didática da História, diz que:

A didática da história analisa agora todas as formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática. Isso inclui o papel da história na opinião pública e as representações nos meios de comunicação de massa; [...]. (RÜSEN, 2011, p. 32).

Este autor é muito importante para a nossa discussão sobre essa orientação teórica que prevê o levantamento sobre o que as pessoas pensam sobre a história. Para Jörn Rüsen, o

objetivo específico da Didática da História é investigar o aprendizado histórico (2011, p. 39). O autor ainda complementa que: “A disciplina da história não pode mais ser considerada uma atividade divorciada das necessidades da vida prática.” (RÜSEN, 2011, p. 38).

O historiador Ronaldo Cardoso Alves (2013), ao discorrer sobre o histórico dos campos da Didática da História na Alemanha, e da Educação Histórica na Inglaterra, mostra como a Didática da História, devido à institucionalização da História como ciência no século XIX, sofre uma marginalização. Este afastamento ocorre “[...] à medida que lhe foi destinada a pragmática função de treinar professores que simplesmente deveriam transformar saber histórico acadêmico em saber histórico escolar.” (ALVES, 2013, p. 55). Aquela disciplina que deveria dar total importância à vida dos sujeitos, dos aprendizes, estava se distanciando do seu objetivo. Enquanto a História se tornava ciência, o que “[...] poderia aprofundar sua aproximação à Vida, por meio da sistematização do pensamento histórico, utilizou esse atributo para dela se distanciar.” (ALVES, 2013, p. 55).

Nos últimos 40 anos, isso tem mudado. O campo da metodologia da pesquisa e do ensino de História tem procurado caminhos que tomam como fundamental o desenvolvimento da consciência histórica nas pessoas, com o intuito da orientação na vida cotidiana.

Para nos auxiliar, não vemos melhor forma de contextualizar a nova concepção de “Didática da História” que surgiu nos últimos anos, do que nas palavras de Ronaldo Cardoso Alves (2013):

[...] essas vertentes partiram da premissa da necessidade de constituir parâmetros claros que respondam à pragmática pergunta que rotineiramente se apresenta no cotidiano intra e extraescolar: afinal, para que serve a História? Tal pergunta, por si só, já revela a necessidade de transformar a realidade instrumental ideológica da História em um instrumento de autorreflexão pública que permita às pessoas e aos grupos da sociedade construir identidade e se colocar autonomamente diante dos problemas de orientação temporal (im)postos pelo cotidiano. [...] Foi nesse contexto que emergiu uma nova concepção da área de estudo denominada Didática da História na Alemanha e esta diretamente tem influenciado pesquisas brasileiras do campo do ensino de História. Dentre variadas linhas de estudo destaca-se o trabalho do já citado Jörn Rüsen, o qual parte de referenciais epistemológicos que têm como premissa relacionar a produção historiográfica oriunda da ciência da História com a Vida prática dos indivíduos na sociedade. (ALVES, 2013, p. 57).

Assim, a Didática da História retoma o seu papel dentro da História, buscando investigar as consciências históricas dos sujeitos. Por consciência histórica, entendemos que é a “[...] constituição de sentido sobre a experiência do tempo [...]. A capacidade de constituir sentido necessita ser aprendida, e o é no próprio processo dessa constituição de sentido.” (RÜSEN, 2010a, p.104). Em outro trabalho, o historiador Jörn Rüsen complementa que a “[...] consciência histórica pode ser analisada como um conjunto coerente de operações mentais que definem a peculiaridade do pensamento histórico e a função que ele exerce na cultura humana.” (RÜSEN, 2011, p. 37). A História tem que ter conexão com a vida prática, é isso que defende o campo da Didática da História ao investigar as formas de elaboração do conhecimento histórico em diversos meios.

Hoje, as publicações dessas três páginas, as apologias aos políticos que defendem a Ditadura Militar (e os crescentes pedidos a essa), as comparações entre nazismo e comunismo, estão fazendo sentido para as pessoas que concordam com essas ideias. Repetindo: são ideias históricas que estão fazendo sentido (na vida prática dessas pessoas). Por quê? É a grande questão. Muito se deve ao que os autores acima falam bastante: esse distanciamento que existe, até hoje, da História enquanto ciência para com a sociedade. O conhecimento histórico, que surge de inquietações do presente e interpreta as experiências do passado, tem que “voltar” como orientação no tempo presente. Pois se não, outras narrativas vão ocupar esse lugar na História Pública. Narrativas não produzidas por historiadores.

Como diz Jörn Rüsen (2010a):

A competência histórica de orientação é a capacidade dos sujeitos de correlacionar os modelos de interpretação, pães de experiência e saber, com seu próprio presente e com sua própria vida, de utilizá-los para refletir e firmar posição própria na vida concreta no presente. (RÜSEN, 2010a, p. 116).

A História deve ter esse objetivo de orientação no tempo presente. Mas na conjuntura histórica atual, páginas do *Facebook* estão formando as pessoas histórica e politicamente. Vertentes mais conservadoras estão voltando e (re)produzindo discursos com ideias históricas extraescolares, que não possuem o respaldo científico, mas que fazem cada vez mais sentido nos jovens e adultos que se deparam com tais ideias. O nosso trabalho, com o objetivo de se

basear na matriz disciplinar³ elaborada por Jörn Rüsen (2010b), buscará o compromisso científico ao longo da pesquisa, para que possamos “[...] distinguir o pensamento histórico constituído cientificamente do pensamento histórico comum [...]” (RÜSEN, 2010b, p. 35), e também das narrativas que de história só possuem o conceito substantivo, mas que utilizam ideias totalmente deturpadas para definir tal acontecimento histórico.

Por fim, cabe dizer que a História não pode ser relativizada. Ela é uma forma de conhecimento baseada em aparatos científicos. E por isso, surge o interesse de investigar a difusão dessas ideias históricas extraescolares por grupos de direita no Brasil, nas quais muitas vezes encontramos preconceitos e discursos de ódio velados de opinião. Buscamos entender como essas ideias históricas estão fazendo sentido atualmente. Ideias conservadoras, e às vezes, muito perigosas, como por exemplo: a defesa de um regime totalitário que retira a sua liberdade de expressão.

Tanto a escrita, quanto o ensino de História, possuem o mesmo objetivo: fazer defeito nas memórias. Adoecer as memórias cristalizadas, na procura sempre de alteridade, na defesa da tolerância, e na luta contra o preconceito (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012). Assim, o desenvolvimento da consciência histórica também tem este objetivo, de desnaturalizar as coisas (RÜSEN, 2010a, p. 117), para que os pensamentos padrões que parecem orientar a vida das pessoas (consciência tradicional e exemplar) possam ser desenvolvidos para formas mais elaboradas de conhecimento histórico, e, por conseguinte, de orientação para a vida prática.

A internet hoje pode ser considerada como uma nova “[...] categoria de fontes documentais para pesquisas históricas. Em especial os pesquisadores do Tempo Presente, após o advento da Internet, passaram a contar com um aporte quase inesgotável de novas fontes” (ALMEIDA, 2011, p. 09). É um acervo gigantesco que espera o profissional da história⁴, mas não só esse, para pesquisá-lo. Essa ausência de uma ampla discussão metodológica acerca do estudo das fontes do presente não justifica a privação de um método, um rigor científico (ALMEIDA, 2011, p. 11). Afinal, como nos mostra Agnès Chauveau e Philippe Tétart (1999, p. 07-37), os historiadores se aventuraram a pesquisar o tempo presente justamente por não concordar com o método que outros profissionais utilizavam para escrever sobre o contemporâneo. Profissionais esses, que não são da área de História, mas escreviam

³ Para saber mais especificamente, ler: RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010b.

⁴ Afinal, no vasto universo da web podemos encontrar várias fontes até da Antiguidade. Atualmente muitos pesquisadores de temporalidades diferentes utilizam da internet para facilitar o seu trabalho.

sobre a mesma. Por isso, não poderiam deixar um rigor científico para trás, ignorá-lo, e diferente desses profissionais que os historiadores criticaram, não poderiam se sujeitar a deslizes ideológicos.

Muito da discussão em torno de estudar o presente como objeto da história se dá pela preocupação com o recuo. Diante dessa incredulidade de que o historiador seria capaz de analisar o presente como fonte devido a essa falta de recuo, Jean-Pierre Rioux (1999) nos mostra que esse argumento não se sustenta, pois, “[...] é o próprio historiador, desempacotando sua caixa de instrumentos e experimentando suas hipóteses de trabalho, que cria sempre, em todos os lugares e por todo o tempo, o famoso ‘recuo’” (p. 46-47). Ou seja, é a cientificidade que constrói essa boa distância. Se o passado não é objeto apenas do historiador, apenas a metodologia da ciência da história, em última instância, define o ofício do historiador, pois ainda é “a operação cognitiva da pesquisa especificamente histórica” (RÜSEN, 2010a, p. 27). Desta forma, o presente pode ser objeto do historiador, desde que a metodologia específica da ciência histórica sustente a análise.

Sobre a “Netnografia”, não é apenas a transposição da etnografia para o ambiente virtual, pois muitas de suas características são diferentes se tratando do ciberespaço. É um método que se altera, que se constrói a cada pesquisa, pois as interfaces que o ciberespaço nos oferecem são as mais diversas, sendo complicado haver apenas um método que abranja a todas. Por isso tomaremos a netnografia como uma metodologia adaptativa (AMARAL et al, 2008, p. 37).

Tendo a possibilidade de fazer netnografia de várias maneiras, torna-se necessário explicitar o nosso método de análise, no qual não interviremos nas comunidades com perguntas, entrevistas e etc. Nós analisaremos aquilo que já está publicado, ou seja, não interferimos para conseguir a nossa fonte. São publicações e comentários que foram publicados sem pergunta alguma os mediando. É como se fosse aberta “[...] uma janela ao olhar do pesquisador sobre comportamentos naturais de uma comunidade durante seu funcionamento, fora de um espaço fabricado para pesquisa [...]” (AMARAL et al, 2008, p. 36).

A netnografia nos auxilia a compreender as práticas culturais complexas que se desenvolveram/desenvolvem no ciberespaço, lidando com “[...] ideias fundamentadas e abstratas, significados, práticas sociais, relacionamentos e sistemas simbólicos” (KOZINETS,

2014, p. 31). Essa metodologia também leva em conta “[...] os processos de sociabilidade e os fenômenos comunicacionais que envolvem as representações do homem dentro das comunidades virtuais (AMARAL et al, 2008, p. 35). É importante lembrar que uma pesquisa sempre trabalha com um recorte da página, ou seja, ela não dará conta da página inteira. O recorte se insere dentro desse processo histórico, e temos que estar conscientes que analisaremos “[...] um recorte comunicacional das atividades de uma comunidade online, e não a comunidade em si [...]” (AMARAL et al, 2008, p. 39).

As regularidades enunciativas das publicações serão consideradas não apenas quantitativamente, mas segundo um discurso-síntese. A técnica do discurso-síntese procura bloquear opiniões. Ou seja, no discurso-síntese se reúnem “conteúdos e argumentos que conformam opiniões semelhantes” (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 17). Assim, se remete às respostas semelhantes como se fosse um depoimento único (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 19). Esta metodologia denominada Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), produzida na Universidade de São Paulo desde 1990, serve ao propósito de reunir depoimentos verbais e não-verbais em discursos-sínteses, entendendo que em qualquer sociedade os sujeitos compartilham e também divergem em ideias, noções, opiniões e representações, e por isso mesmo, estas podem ser percebidas conforme “padrões”, fazendo o pensamento coletivo “falar diretamente” (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 24). O discurso-síntese não deixa de ser uma forma de categorização, uma forma de reconhecer, diferenciar e classificar aproximadamente as representações sociais.

Agora falaremos brevemente sobre as três páginas que pretendemos utilizar como fonte. É importante lembrar que consideraremos como fontes históricas as três páginas do *Facebook* referenciadas acima, e por isso, o endereço eletrônico delas é o melhor meio de citá-las, pois o acesso se dá através do mesmo. Os endereços eletrônicos estão nas notas de rodapé que representam respectivamente as páginas: “Revoltados ON LINE”, “Jovens de Direita” e “MBL – Movimento Brasil Livre”.

Antes de falar diretamente das páginas, cabe lembrar que estas se encontram no ciberespaço, e por isso, achamos necessário destacar o ciberespaço enquanto fonte para o estudo da História, no qual várias noções de história, argumentos que se utilizam de temas históricos, circulam virtualmente. O ciberespaço se constitui enquanto um novo acervo gigantesco para o historiador.

Para o filósofo Pierre Lévy, o ciberespaço:

é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. (LÉVY, 1999, p. 17).

Vemos como Pierre Lévy nos atenta para o fato de o ciberespaço se formar também pelos seres humanos, que navegam, atuam, alimentam esse universo informacional. O que acontece nos processos comunicacionais mediados pelas mídias digitais, nesse caso, pelo *Facebook*, uma mídia de cunho “pós-massivo”, é a veiculação da informação com uma comunicação “todos-todos” (COUTO JUNIOR, 2013, p. 22-39). Ou seja, é um espaço virtual online no qual todos ajudam a preencher, uma rede que é alimentada a todo o momento, e por todos os participantes, não havendo apenas um difusor, mas sim todos difusores e receptores, compartilhando e ressignificando vários tipos de mídia. É isso que defende o estudioso da cibercultura André Lemos (2010), ao mostrar que as mídias pós-massivas proporcionam a “liberação da palavra”, onde “[...] permitem a qualquer pessoa, e não apenas empresas de comunicação, consumir, produzir, e distribuir informação sob qualquer formato em tempo real e para qualquer lugar do mundo.” (p. 25).

Notavelmente a partir de 2014, começaram a ganhar destaque em âmbito nacional algumas páginas do *Facebook* (em alguns casos essas páginas também possuem contas em outras redes sociais online). Páginas essas que opinavam sobre política, e que foram muito influentes no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff que teve êxito em 2016. Essas páginas difundiram ideias políticas, argumentos históricos, xingamentos e etc., dos mais variados posicionamentos possíveis. Assim, com o interesse de pesquisar a elaboração do conhecimento histórico a partir das páginas de direita que tiveram reconhecimento nacional, escolhemos essas três como fontes históricas.

A primeira, os “Revoltados ON LINE”, foi criada em 01 de agosto de 2010, com os objetivos de se manifestar contra o governo federal (naquele momento, final do último mandato do Lula), contra a corrupção total da política brasileira. Com a eleição (2010) e posterior reeleição de Dilma Rousseff (2014), a página continuou se manifestando, ganhando muita repercussão a partir do segundo semestre de 2014, no qual tivemos o período eleitoral e

muitos buscaram se informar em páginas como esta. A página possuía 1.694.293 de curtidas na última vez que analisamos antes dela ser bloqueada pelo *Facebook* após um pedido do STF⁵. Não podemos deixar de comentar que muitos seguem (curtem) páginas no *Facebook* para poder acompanhar as publicações, mesmo que não concordem com elas. Mas podemos considerar a maioria do número de curtidas como apoiadores da página.

A página “MBL – Movimento Brasil Livre” foi criada no dia 01 de novembro de 2014, possuindo 1.347.061 curtidas (julho de 2016). Atualmente a página possui 2.272.180 curtidas (junho de 2017). Em 2016, se autodenominava como uma ONG (organização não governamental) que não possuía fins lucrativos, com o intuito de mobilizar os cidadãos para lutar por uma sociedade mais justa. Já em junho de 2017, mês em que escrevo este texto, a página já substituiu o termo “ONG” por “Entidade sem fins lucrativos”.

Diferente dos “Revoltados ON LINE”, o MBL (abreviatura) diz que não possui fins lucrativos, o que já foi duvidado algumas vezes que esta página apoiou condicionalmente políticos de um determinado partido. Já os “Revoltados ON LINE”, não se importavam em expor que precisavam de doações, e pediam isso na maioria de suas publicações. Ao entrar na página, o *web* ator já tinha contato com as contas bancárias para doação e manutenção do movimento (necessário para continuar as manifestações).

Já a página “Jovens de Direita” se nomeia como comunidade e possui 184.169 curtidas, e não informa a data de criação. Visitando a página do *Twitter* dessa comunidade, podemos ver que esta está ativa desde março de 2014. É comum que essas comunidades acabem defendendo algumas figuras políticas, como é o caso da “Jovens de Direita”, que em sua foto de perfil possui uma imagem onde está escrito: “#SomosTodosBolsonaro”. Claramente uma alusão à possível candidatura já anunciada à presidência em 2018 de Jair Bolsonaro. Este que se mostra um ídolo da maioria dessas comunidades com interesses parecidos com as citadas acima.

Enfim, nessas páginas é possível perceber a defesa de algumas ideias em comum, tais como: o posicionamento contra o Partido dos Trabalhadores (PT); a defesa de algumas figuras políticas como Jair Bolsonaro (Partido Social Cristão – PSC), que defende abertamente a ditadura militar; a defesa de uma economia de livre-mercado; oposição aos programas sociais do governo federal (principalmente o Bolsa Família, um dos mais citados); contra o

⁵ Acrônimo de “Supremo Tribunal Federal”.

comunismo, ou melhor, eles mesmos possuem suas noções de comunismo, o que nos interessa muito enquanto argumentos históricos extraescolares; além de várias referências aos governos cubanos, bolivianos e venezuelanos, numa tentativa de comparar a suposta “ditadura comunista do PT” que vivemos (segundo algumas dessas páginas), e sempre fazendo oposição aos governos citados.

Assim, essas páginas produzem e difundem ideias históricas e políticas que são discutidas e acolhidas por vários brasileiros, entre eles, muitos alunos, que acabam por levar esses posicionamentos para dentro da sala de aula. Por isso nos interessamos em investigar tais fontes com a perspectiva da Didática da História, buscando colaborar com o Ensino de História e com a História do Tempo Presente.

REFERÊNCIAS

- ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de O. (Org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 19-28.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história. In: GONÇALVES, Márcia de Almeida et al. (Org.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 21-39.
- ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, v. 3, n. 8, janeiro/junho. 2011, p. 09-30.
- ALVES, Ronaldo Cardoso. História e vida: o encontro epistemológico entre Didática da História e Educação Histórica. **História & Ensino**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 49-69, jan./jun. 2013.
- AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Lucina. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, Ano 13, n. 20, dezembro 2008, p. 34-40.
- BERGMANN, Klaus. A História na reflexão didática. **Revista Brasileira de História**. v.9, n.19, set.89/fev.90, p. 29-42.
- CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para a História do presente. In: _____ (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 07-37.
- COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro do. **Cibercultura, Juventude e Alteridade: aprendendo-ensinando com o outro no Facebook**. Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

GOMES, Geovane Ferreira ; PASSOS, Letícia Resende. ; GUTIERREZ, R.F. . Tecnologia, identidade e participação política: uma análise da influência da Internet nos recentes movimentos sociais. In: **IV Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade**, 2011, Curitiba. IV Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade: Ciência e tecnologia construindo a igualdade na diversidade, 2011. v. IV. p. 01-10.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia. Realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria. **Pesquisa de representação social. Um enfoque qualitativo**. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

LE MOS, André. Os sentidos da tecnologia: cibercultura e ciberdemocracia. In: LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010, p. 21-31.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIDDINGTON, Jill. O que é a História Pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAL, Marta G. de O. (Org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre a Public History. **História da Historiografia**, v. 15, p. 27-50, 2014.

_____. Os historiadores e seus públicos: Desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Texto de Divulgação**. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/27247441/Os_historiadores_e_seus_p%C3%BAblicos_Desafios_ao_conhecimento_hist%C3%B3rico_na_era_digital. Acesso em 08 de agosto de 2017.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente?. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 39-50.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011. p. 23-40.

_____. **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010a.

_____. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010b.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.